



Opinião
M. Graça Carvalho

A água somos nós

A propósito do Dia Mundial da Água, assinalado a 22 de março, foram divulgados diferentes dados sobre a gestão deste imprescindível recurso natural. O que estes demonstram é que a situação em Portugal não é nada animadora. Resumidamente, cada vez gastamos mais água e esta cada vez é mais escassa, com as previsões sobre os efeitos das alterações climáticas na Península Ibérica a mostrarem que os problemas que temos poderão tornar-se infinitamente mais graves.

Sendo eu natural de Beja, no interior do Alentejo, conheço bem as consequências práticas dos períodos de seca que várias regiões têm vindo a conhecer com cada vez mais frequência. As culturas que se tornam inviáveis, os pastos que têm de ser substituídos por rações cujos custos tornam a atividade pecuária insustentável.

Portugal, ao contrário de países mais a norte onde os índices de precipitação são consideravelmente superiores, e as temperaturas mais baixas, depende fortemente do regadio. O Alentejo e o Algarve – este último com a pressão acrescida da atividade turística – são duas regiões particularmente sensíveis. Mas os recursos são finitos. E a gestão que destes fazemos já deixou há muito de ser sustentável. Precisamos de uma nova estratégia.

Segundo o estudo “O uso da água em Portugal: olhar, compreender e atuar com os protagonistas-chave”, apoiado pela Fundação Gulbenkian, 53% dos agricultores portugueses identificam a escassez de água como um problema,



Os recursos são finitos. E a gestão que destes fazemos já deixou há muito de ser sustentável. Precisamos de uma nova estratégia.

percentagem que aumenta substancialmente no Alentejo e no Algarve. Contudo, a grande maioria, 71%, não mede regularmente os consumos que faz, porque não usa sequer contadores. Técnicas mais avançadas de gestão da rega são usadas por uma minoria.

A curto e médio prazo, a escassez de água ameaça a nossa autossuficiência alimentar, compromete o turismo, põe em risco a independência energética, a qual tem assentado muito nas hidroelétricas, e torna-nos mais suscetíveis a fenómenos como os incêndios florestais. É um problema nacional. E deve ser encarado como tal.

Combatê-lo passa sobretudo por melhorarmos radicalmente os níveis de eficiência nos setores responsáveis pela grande fatia do consumo, nomeadamente – mas não só – o agrícola. Para que isso suceda, é preciso promover uma forte consciencialização para a importância dessa gestão criteriosa; e é preciso proporcionar os recursos tecnológicos necessários, investindo na ciência e na inovação.

Recentemente, fui relatora pelo Parlamento Europeu da agenda estratégica para o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, um instrumento do programa-quadro Horizonte Europa que atua em todos os níveis do triângulo do conhecimento – educação, ciência e inovação – através de Comunidades de Conhecimento e Inovação (KIC). Uma das novidades que conseguimos introduzir foi precisamente a criação, já a partir de 2023, de uma KIC dedicada a todos os temas relacionados com a água.

O caminho passa por aproveitar estas oportunidades. Num contexto de forte aposta europeia na transição verde – não apenas através do Horizonte Europa, mas de diferentes iniciativas, incluindo o mecanismo de recuperação e resiliência e os fundos regionais –, teremos ao nosso dispor recursos únicos para começarmos a resolver o nosso problema. Se o fizermos, estaremos a proteger-nos a nós próprios. Afinal – é sempre bom lembrá-lo –, em percentagens que variam em função da idade, a água é uma parte fundamental dos nossos corpos, daquilo que somos.

Eurodeputada



Opinião
Jorge Costa Oliveira

O acordo abrangente sobre investimento UE-China

O Conselho e a Comissão da UE concluíram, no final de 2020, um acordo de princípio quanto a um acordo abrangente sobre investimento (CAI) com a República Popular da China. Um dos pressupostos subjacentes a este acordo radica na crença de ambas as partes num sistema de comércio multilateral aberto e na reafirmação dos respetivos compromissos no âmbito do Acordo da OMC e de criar um clima que facilite e desenvolva o comércio e o investimento entre as partes, estabelecendo as disposições necessárias para a liberalização do investimento. Outro pressuposto radica nos números – a UE é o primeiro destino das exportações chinesas; a China é o terceiro destino para as exportações da UE (depois dos EUA e do Reino Unido). Entre 2000 e 2020, as empresas da UE investiram cerca de 148 mil milhões de euros na China e as empresas chinesas cerca de 117 mil milhões de euros na UE.

Em termos de fundamentos concretos, o mais importante radica no forte desejo das empresas de ambas as partes de acesso ao mercado da outra parte. Do lado europeu, o crescimento da economia chinesa – que será a maior do mundo em 2050 com um PIB de c. 49 mil milhões de euros – torna incontornável ter acesso tão breve quanto possível ao mercado chinês, em especial ao merca-

do da China urbana (875 milhões de pessoas em 2020; c. 1000 milhões em 2030). Do lado chinês, cada vez mais empresas desejam ou necessitam de se internacionalizar e o mercado europeu, atenta a dimensão deste e o rendimento *per capita* na UE.

Por outro lado, é importante nivelar os termos em que o investimento na outra parte tem lugar, nomeadamente removendo fortes restrições ou limitações – por exemplo, as fortes restrições na China nos setores dos serviços financeiros e das telecomunicações. Por outro lado, este CAI proibirá transferências forçadas de tecnologia e restringirá os termos em que companhias estatais chinesas (SOE) podem funcionar fora das regras normais de um mercado concorrencial.

O *timing* é propício para este CAI. Do lado europeu, a enorme exposição de grandes empresas europeias na China – sobretudo no setor manufatureiro – reclama uma relação baseada em regras mais equitativas. Por outro lado, os setores de serviços financeiros, de serviços comerciais e de saúde na China revestem-se de particular interesse para as empresas europeias e carecem de maior concorrência no mercado doméstico chinês. Do lado chinês, apesar da perceção de muitos de que o capital chinês é inesgotável, a verdade é que nem para as Novas Rotas da Seda (BRI) o capital disponível chinês é suficiente nem as novas vagas de internacionalização de empresas (médias) chinesas podem contar com ele (pelo contrário, deverá ser baseada em OPI na Europa). Pelo que é importante para a China criar condições para um constante fluxo de IDE no país. Por outro lado, as sucessivas listas negras de empresas chinesas formuladas pelas autoridades dos EUA não vão diminuir; pelo contrário, a administração Biden não abrandará a política anterior neste domínio, que forçará muitas empresas chinesas – sobretudo estatais e tecnológicas, mas não só – a sair do mercado norte-americano e a procurar novos mercados com similar nível de rendimento, capital e tecnologia. Portugal pode, e deve, posicionar-se para esta nova vaga de investimento chinês na Europa.



Cada vez mais empresas chinesas desejam ou necessitam de se internacionalizar e o mercado mais apetecível para o efeito é o europeu.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira